

A CONSOLIDAÇÃO DO IDEB NO PIAUÍ: PRÁTICAS DE GESTÃO E AVALIAÇÃO EM MUNICÍPIOS DE DESTAQUE

Mariza Ribeiro da Silva¹
João Victor Souza Mendes²
Rejane Gomes da Silva Lisboa³
Raimunda Maria da Cunha Ribeiro⁴

INTRODUÇÃO

A gestão e a avaliação educacional configuram-se como temas centrais e desafiadores no campo da educação contemporânea, por envolverem dimensões políticas, administrativas e pedagógicas que extrapolam o espaço escolar. Discutir tais conceitos requer compreender o papel do Estado, as políticas educacionais e os mecanismos de regulação e controle instaurados a partir da década de 1990, período em que se intensificou o modelo de gestão por resultados no Brasil. Conforme Gomes e Melo (2018), esse movimento emerge em um contexto de reestruturação do Estado e de redefinição de suas funções, influenciado pela lógica da Nova Gestão Pública (*New Public Management*), que introduziu instrumentos de mensuração e responsabilização como forma de assegurar a qualidade da educação.

Nesse cenário, a avaliação educacional passou a ser um dos principais mecanismos de aferição da qualidade do ensino, consolidando-se em políticas como a Prova Brasil e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), instituído em 2007. Esses instrumentos estabeleceram metas e indicadores de desempenho que, ao mesmo tempo em que orientam políticas públicas, também reforçam práticas de controle, ranqueamento e comparação entre escolas e redes de ensino. Estudos como os de Barroso (2005), Maroy e Voisin (2013) e Werle (2011) evidenciam que a regulação por resultados, embora se proponha a promover a qualidade, também intensifica a responsabilização das escolas e gestores pela melhoria dos índices.

¹ Graduada em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual do Piauí - PI, marizaribeirodasilvaa@gmail.com;

² Graduado em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual do Piauí - PI, jsouzamendes3@gmail.com;

³ Graduada em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual do Piauí - PI, rgomesdaslisboa@aluno.uespi.br;

⁴ Professora orientadora: Doutora, Universidade Estadual do Piauí - PI, raimundamaria@cte.uespi.br;



Com base nesse contexto, este estudo tem como objetivo compreender os pressupostos teórico-conceituais e práticos que fundamentam a gestão e a avaliação educacional no âmbito das políticas de regulação por resultados, tomando como referência empírica quatro municípios piauienses com os melhores desempenhos no IDEB de 2023. A pesquisa busca caracterizar os encaminhamentos político-institucionais dessas gestões municipais e analisar como suas políticas educacionais se articulam à lógica de regulação e controle presente nas políticas de avaliação da educação básica.

METODOLOGIA

A pesquisa apresenta abordagem qualitativa, adequada à natureza interpretativa do objeto de estudo, conforme Trujillo (2001), ao privilegiar a compreensão dos significados e das relações que envolvem os fenômenos educacionais. O método adotado foi o estudo de caso múltiplo, voltado à análise de quatro municípios piauienses — Domingos Mourão, Cocal dos Alves, Demerval Lobão e Bom Jesus — selecionados por apresentarem os melhores resultados no IDEB de 2023. Essa estratégia permitiu examinar, em profundidade, o modo como cada gestão municipal organiza e conduz suas políticas de educação básica e avaliação.

As técnicas de coleta de dados compreenderam pesquisa bibliográfica e análise documental. A pesquisa bibliográfica consistiu no levantamento e sistematização de referenciais teóricos que discutem gestão e avaliação educacional, com base em autores como Barroso (2005), Gomes e Melo (2018), Almeida, Dalben e Freitas (2013) e Maroy e Voisin (2013). A análise documental envolveu o exame de Leis Orgânicas, Planos Municipais de Educação, Decretos, Portarias, Relatórios oficiais, sites institucionais e bases de dados do Inep, visando identificar os marcos político-legais e institucionais que estruturam a gestão educacional de cada município.

A investigação foi desenvolvida em três etapas:

1. Fundamentação teórica – revisão de pressupostos teórico-conceituais sobre gestão e avaliação educacional, com ênfase nas políticas de regulação por resultados;
2. Sistematização documental – levantamento e organização de dados institucionais e legais dos municípios;
3. Análise interpretativa – leitura crítica das informações coletadas à luz do referencial teórico, utilizando a análise de conteúdo de Bardin (2011) como técnica principal.



Por fim, destaca-se que a pesquisa possui caráter bibliográfico e documental, não envolvendo seres humanos ou animais, sendo, portanto, isenta de submissão a Comitê de Ética. Os resultados obtidos buscam contribuir para o debate sobre a gestão e a avaliação educacional no Piauí, destacando a relevância de políticas públicas que conciliem qualidade, equidade e compromisso social na educação básica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise apresentada baseia-se em documentos oficiais e informações públicas disponibilizadas pelas gestões municipais, abrangendo legislações locais na área da educação e notícias veiculadas nos sites institucionais das prefeituras. A partir desse conjunto documental, foi possível compreender como os municípios piauienses com maior IDEB em 2023 — Domingos Mourão, Cocal dos Alves, Demerval Lobão e Bom Jesus — estruturam políticas e práticas que ultrapassam o enfoque tradicional na responsabilização e na meritocracia. Em vez de se limitarem à lógica dos resultados, as gestões municipais investigadas organizam-se em torno de políticas intersetoriais, planejamento estratégico, formação docente contínua, cultura de avaliação voltada à aprendizagem e gestão participativa. Essa dinâmica confirma que os indicadores educacionais refletem, sobretudo, a coerência organizacional e o compromisso das redes de ensino com a aprendizagem dos estudantes.

De modo geral, os municípios analisados apresentam elevadas taxas de escolarização da população de 6 a 14 anos, todas acima de 94%, o que indica políticas consistentes de acesso e permanência escolar. Domingos Mourão registrou índice de 95,8% de escolarização e IDEB de 8,4; Cocal dos Alves, 96,3% e IDEB 7,8; Demerval Lobão, 97,9% e IDEB 7,4; e Bom Jesus, 94,8% e IDEB 7,3. Esses números demonstram não apenas o êxito das políticas de universalização do ensino fundamental, mas também o fortalecimento de ações pedagógicas que impactam diretamente a aprendizagem, superando a ideia de que a qualidade se resume a resultados de provas padronizadas.

Além do desempenho quantitativo, observa-se que esses municípios possuem marcos institucionais bem definidos, como sistemas municipais de ensino estruturados, conselhos autônomos e atuantes, planos de carreira do magistério regulamentados, conselhos de alimentação escolar e de acompanhamento do Fundeb, além de planos municipais de educação e instrumentos de planejamento plurianual. A presença e o funcionamento desses mecanismos de gestão revelam uma estrutura sólida de governança



educacional, caracterizada pela continuidade administrativa e pela coerência entre planejamento e execução. Segundo Barroso (2005) e Ribeiro e Sousa (2023), tais dispositivos constituem a base da estabilidade e da sustentabilidade das políticas educacionais, assegurando a permanência das ações mesmo diante de alternâncias de governo.

Nessa perspectiva, a gestão educacional dos municípios investigados reforça a importância do planejamento integrado e da articulação intersetorial como caminhos para a consolidação de uma cultura de aprendizagem e de corresponsabilidade. Ribeiro (2024) ressalta que os indicadores educacionais devem ser interpretados levando em conta as desigualdades estruturais e institucionais de cada território, evitando leituras reducionistas que culpabilizem as redes escolares por resultados que, muitas vezes, refletem fatores externos à escola. As experiências municipais aqui analisadas revelam, portanto, que a melhoria dos índices está relacionada à consolidação de políticas públicas democráticas, participativas e sustentáveis, apoiadas na valorização docente, na transparência e no controle social.

Em Domingos Mourão, o maior IDEB do Piauí (8,4) reflete uma gestão comprometida com o planejamento e a participação social. O município se destaca pela integração entre educação, saúde e assistência social, pela atuação de comitês intersetoriais e por projetos culturais e de protagonismo estudantil. A formação docente é contínua e articulada com as demandas pedagógicas da rede, sendo marcada por jornadas pedagógicas, plantões formativos e capacitações voltadas ao uso de dados educacionais. As práticas evidenciam uma gestão reflexiva e inovadora, que aprende com sua própria experiência e transforma-a em ação formativa, conforme defendem Denzin e Lincoln (2006).

Demerval Lobão, com IDEB de 7,4, apresenta uma política educacional fortemente centrada na alfabetização e na formação continuada dos professores. O município mantém um centro de formação específico para docentes (CEFOP) e promove ciclos formativos sobre equidade racial e de gênero, inclusão e práticas pedagógicas inovadoras. As avaliações diagnósticas e os simulados são utilizados não como instrumentos de punição, mas como ferramentas de planejamento e intervenção pedagógica. Há um evidente investimento na valorização docente e no envolvimento das famílias, o que consolida uma cultura avaliativa madura e comprometida com a aprendizagem.



Bom Jesus, com IDEB 7,3, alia práticas de avaliação, formação e reconhecimento. O município tem recebido premiações nacionais e estaduais, como o Selo UNDIME, o Prêmio Alfa-10 e o Selo UNICEF, o que reflete a força de suas políticas educacionais integradas. O acompanhamento pedagógico é sistemático, e as formações mensais garantem o alinhamento entre coordenadores e professores. A secretaria municipal promove uma política de gestão participativa e de monitoramento permanente dos dados de aprendizagem, adotando instrumentos diagnósticos de leitura e escrita e incentivando a inovação pedagógica e o protagonismo docente.

Cocal dos Alves, com IDEB de 7,8, é reconhecido por sua tradição na excelência em matemática e raciocínio lógico. A rede municipal aposta em formações regulares, programas de alfabetização e recomposição da aprendizagem, além de iniciativas intersetoriais de formação em primeiros socorros e segurança escolar. A continuidade das ações e a estabilidade da equipe pedagógica garantem a coerência das políticas educacionais ao longo dos anos. O município ainda mantém o Programa Fundapes, que concede bolsas de ensino superior a egressos da rede municipal, fortalecendo o vínculo entre educação básica e desenvolvimento local.

De forma geral, a análise das quatro gestões municipais demonstra que a elevação dos indicadores educacionais decorre de políticas sustentadas por bases institucionais sólidas, formação docente permanente, gestão democrática e valorização do protagonismo estudantil. Tais práticas reafirmam a tese de que o desempenho educacional não é resultado exclusivo da aplicação de testes ou da cobrança de metas, mas sim do enraizamento de políticas públicas articuladas, participativas e sensíveis às realidades locais. Dessa forma, a experiência dos municípios piauienses analisados ilustra que é possível conciliar a busca por resultados com uma concepção humanizada e contextualizada de qualidade na educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das redes municipais piauienses com maiores índices de IDEB evidencia que os bons resultados não são fruto de ações isoladas, mas de políticas educacionais planejadas, intersetoriais e sustentáveis, centradas no direito à aprendizagem e na gestão democrática. As experiências de Domingos Mourão, Cocal dos Alves, Demerval Lobão e Bom Jesus revelam coerência entre planejamento, formação docente e



Mesmo diante de limitações estruturais, esses municípios mostram que o uso dos indicadores pode ultrapassar a função de mensurar desempenho, servindo também como instrumento de diagnóstico e de promoção da equidade. Suas práticas comprovam que resultados expressivos decorrem de políticas consistentes, da valorização profissional e do compromisso institucional com a aprendizagem de todos. Assim, reforça-se que os indicadores educacionais, quando interpretados criticamente, podem ser aliados na construção de uma educação pública mais justa, participativa e transformadora.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. C. de; DALBEN, A.; FREITAS, L. C. de. O Ideb: limites e ilusões de uma política educacional. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 34, n. 125, p. 1153-1174, out.-dez. 2013.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARROSO, J. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 725-751, 2005.
- DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. **O planejamento da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- GOMES, S. dos S.; MELO, S. D. G de M. Políticas de Avaliação e Gestão Educacional: articulações, interfaces e tensões. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 4, p. 1199-1216, out./dez. 2018.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama – Censo 2022**. 2022. <Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pi>>. Acesso em: 27 jun. 2025.
- INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Ideb 2023**. 2023a. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/relatorio-anual-de-atividades-e-gestao-do-inep-2023/pesquisas-estatisticas-e-indicadores-educacionais/ideb-indice-de-desenvolvimento-da-educacao-basica>>. Acesso em: 27 jun. 2025.
- MAROY, C; VOISIN, A. As transformações recentes das políticas de *accountability* na educação: desafios e incidências das ferramentas de ação pública. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 34, n. 124, p. 881-901, jul./set. 2013.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS. **Portal oficial**. Disponível em: <<https://www.bomjesus.pi.gov.br/>>. Acesso em: 27 jun. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DOS ALVES. **Portal oficial**. Disponível em: <<https://cocaldosalves.pi.gov.br/>>. Acesso em: 27 jun. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DEMERVAL LOBÃO. **Portal oficial**. Disponível em: <<https://demervallobao.pi.gov.br/demervallobao>>. Acesso em: 27 jun. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MOURÃO. **Portal oficial**. Disponível em: <<https://domingosmourao.pi.gov.br/domingosmourao/portalnoticias>>. Acesso em: 27 jun. 2025.

RIBEIRO, M. R; SOUSA, S. Z. A controvérsia sobre avaliações em larga escala no Brasil: continuum argumentativo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 49, e250287, 2023.

RIBEIRO, R. M. da C. Indicadores de resultados educacionais: reflexões sobre desigualdades em redes municipais de ensino público. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 49, n. 3, p. 1566–1580, set./dez. 2024.

TRUJILLO, F. A. **Metodologia da Ciência**. 2. ed. rev. e ampliado. São Paulo: Kennedy Ed. 2001

WERLE, F. O lugar da avaliação na organização da educação básica: o papel das políticas públicas e da escola. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 27, n. 1, p. 67–90, 2011.

